

1.**Espaço, Autonomia e Desenvolvimento: reflexões sobre o setor habitacional carioca a partir da teoria do desenvolvimento socioespacial**

O presente capítulo possui como premissa a reflexão sobre a relação entre espaço desenvolvimento e autonomia, e um aprofundamento sobre a noção de desenvolvimento socioespacial nas ciências sociais. Assim cabe questionar qual a relevância dessa relação e dessa construção no que diz respeito ao setor habitacional da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido acredita-se que os problemas habitacionais nesta cidade abrangem aspectos múltiplos e complementares que dizem respeito a processos históricos/geográficos que entrelaçam aspectos políticos, econômicos e culturais. Portanto, a produção dessa realidade é um processo complexo e multidimensional onde soluções simplistas continuarão fracassando.

O sentido desse capítulo se estabelece justamente em um exercício de se pensar caminhos mais coerentes frente à complexidade. Portanto, acredita-se que a ideia de desenvolvimento e as ações governamentais baseadas em suas bases tradicionais devem ser contestadas a partir de uma perspectiva que considera a complementaridade da produção multidimensional do espaço com a categoria de autonomia a qual representa não somente um aparato teórico, mas, sobretudo, um instrumento político para a construção de uma realidade menos desigual no setor habitacional do território carioca. Nessa perspectiva, que um aprofundamento da discussão sobre uma teoria de desenvolvimento socioespacial é apresentada como um caminho possível.

Evidentemente, o papel do Estado é abordado como um dos principais agentes que participam da produção desse complicado cenário socioespacial referente ao setor habitacional. Nesse sentido, perceber como o poder público tem considerado a relação entre a multidimensionalidade do espaço e a autonomia frente suas ações referentes ao objetivo de solucionar os problemas habitacionais na cidade é uma tarefa fundamental para se pensar em novos paradigmas de ação para o desenvolvimento socioespacial da cidade carioca.

É preciso ressaltar, no entanto, que para o presente trabalho, o debate fomentado para apontar os verdadeiros responsáveis pelas tragédias frequentes no setor habitacional carioca, notadamente ao longo do século XX, é menos importante do que pensar em formas mais democráticas e participativas de planejamento e gestão dos territórios. Assim, ao invés de distinguir culpados do passado, deve-se supor uma aproximação de possíveis responsáveis nas mudanças futuras que favoreçam um espaço urbano mais democrático e com maior qualidade de vida e justiça social, ou seja, uma mudança social positiva baseada na autonomia e, nesse sentido, abrindo maiores possibilidades para a construção das sustentabilidades¹ possíveis.

Nessa perspectiva, há desafios importantes no que se refere ao desenvolvimento socioespacial da cidade do Rio de Janeiro. Como afirma Souza (2006):

Desde os anos 50 essa é uma palavra em torno da qual e com cuja ajuda ideologias foram construídas, grandes expectativas de emancipação e bem-estar foram geradas, cátedras universitárias e instituições de cooperação internacional foram criadas, milhares de livros e teses acadêmicas e inúmeros artigos foram criados. (p. 95)

O mesmo autor nos alerta, entretanto, para a seguinte questão: sobre qual desenvolvimento estamos falando? É evidente que esse é um termo que causa desconfiança, pois não são novos os debates sobre os modelos e suas repercussões sociais, econômicas e políticas algumas vezes nefastas, mas no mínimo questionáveis. Esses resultados, na esfera social, são as referências para nossos questionamentos, mas são relacionados com o conteúdo desse termo na esfera teórica.

Sobre qual ou quais conteúdos estão enraizados o modelo e a ideia de desenvolvimento hegemônico? De imediato, pode-se identificar a base econômica, ou melhor, economicista e de suas ações. Essa característica essencial

¹ Sustentabilidade no plural não é apenas uma questão semântica, mas uma perspectiva teórico-metodológica (RUA, 2007). Essa perspectiva considera múltiplas dimensões da sustentabilidade como a social, econômica e ecológica, mas de maneira integrada. No entanto, a pluralidade a qual se está se referindo não é apenas devido a essas múltiplas dimensões mas, sobretudo, ao fato de que as sustentabilidades deve ser construídas, por meio de uma sociedade autônoma, de forma diversa e democrática em cada território (RUA, 2007).

da ideia de desenvolvimento hegemônico é calcada no crescimento econômico como único meio e, principalmente, o único fim do processo de desenvolvimento, seja de uma nação ou um indivíduo (SEN, 2000). As soluções de todos os problemas sociais estavam nessa perspectiva, na qual o crescimento econômico encarnava a “*chave dos problemas humanos*” (CASTORIADIS 1987, p. 140). Assim “a busca da prosperidade material e do progresso econômico tornou-se meta hegemônica nos ciclos de poder mundial, a partir dos anos 1950” (RUA, 2007, p.145). Desenvolvimento econômico como meta, nesse sentido, não pode ser vinculado apenas às questões de ordem econômica, mas, sobretudo, à dimensão política em diversas escalas.

Quando considerada essa dimensão, a reflexão sobre o tema em análise começa a se tornar mais coerente frente à profundidade da ideia de desenvolvimento hegemônico e sua influência ainda persistente na produção do espaço, mesmo a muito tempo sendo evidenciados seus nefastos resultados em termos sociais e ambientais. O destaque é justamente na associação analítica dessas duas dimensões (econômica e política) para a reflexão coerente da ideia de desenvolvimento. Essa associação, por exemplo, permite o entendimento da teoria de desenvolvimento econômico como um mito (FURTADO, 1974), pois as suas contradições, que se materializam no espaço mundial em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais, se estruturam como dogmas e se legitimam, passivamente ou não, sobretudo na dimensão política.

A questão é, nesse sentido, muito mais profunda, pois sua abrangência de influência na construção do espaço não é apenas material, pois alcança dimensões diversas. Isso só pode ser compreendido na medida em que são observados outros aspectos pares ao economicismo, como por exemplo, o tecnicismo, o cientificismo e o etnocentrismo². A técnica, a ciência e a base cultural européia (principalmente relacionada ao Iluminismo) se relacionam profundamente, mas cada qual de maneira muito limitada frente à complexidade multidimensional do espaço, caracterizando um paradigma simplificador da realidade socioespacial em diferentes escalas. Tudo isso nos remete às bases de ação e pensamento hegemônico, que são fundados em uma racionalidade que sustenta um modelo

² Sobre as relações entre o economicismo, o tecnicismo, o cientificismo e o etnocentrismo no debate de desenvolvimento, ver Souza (1996; 1997) e Rua (2007).

fechado de ação e pensamento e, mais do que isso, os legitime em todos os lugares; uma racionalidade que coloca tudo e todos em um mesmo patamar de simplificação permitindo a consolidação de um discurso sobre o qual a ideia desenvolvimento vai se perpetuar de maneira contraditória, muitas vezes perversa, mesmo que esteja ligada aos princípios modernos de igualdade e liberdade.

A formação, o poder e a persistência histórica e geográfica desse modelo de desenvolvimento hegemônico não é um processo simples com fronteiras bem definidas entre o material e o imaterial, o simbólico e o racional. Esse desenvolvimento se estruturou, portanto, como significação imaginária social, um processo complexo, histórico e geograficamente situado, responsável por novos paradigmas que mais tarde serão a base de um modelo civilizatório ocidental (CASTORIADIS 1987). Sobre esse processo mesmo autor ressalta que:

O importante, aqui, é a “coincidência” e a convergência, constatadas a partir, digamos do século XIV, entre o nascimento e a expansão da burguesia, o interesse obsessivo e crescente pelas invenções e descobertas, a progressiva dissolução da representação medieval do mundo e da sociedade, a Reforma, a passagem “do mundo fechado ao universo infinito”, a matematização das ciências, a perspectiva de um “progresso indefinido do conhecimento” e a idéia de que o emprego apropriado da Razão é condição necessária e suficiente para que nos tornemos “senhores e possuidores da natureza”. (p. 149)

Constatando-se essa complicada rede de fatores políticos, econômicos e culturais pode-se perceber, mesmo que de maneira parcial, a consolidação de uma nova idéia de civilização que influenciou profundamente a ação e o pensamento. Sobre essa questão, concorda-se novamente com Castoriadis (1987), o qual explica que:

Não teria interesse nem sentido tentar explicar “causalmente” a ascensão do racionalismo ocidental através da expansão da burguesia, ou vice-versa. Temos de considerar esses dois processos: de um lado, a emergência da burguesia, sua expansão e sua vitória final são acompanhadas pela emergência, a difusão e a vitória final de uma nova “idéia”, a idéia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, *de fato*, o objetivo central da vida humana. Esta idéia é que eu chamo uma *significação imaginária social*. A ela corresponde novas atitudes, valores e normas, uma nova definição social da realidade e do ser, daquilo que *conta* e daquilo que não *conta*. Numa palavra: de agora em diante o que conta é o que pode ser contado. Por outro, filósofos e cientistas impõem uma nova e específica torsão ao pensamento e ao conhecimento: não há limites para os poderes e as possibilidades da Razão, e a Razão por excelência, ao menos quando se trata da *res extensa*, é a matemática: *Cum Deus calculat, fit mundus* (“À medida que Deus calcula, o mundo se faz”). (p. 149)

Assim, a legitimidade do discurso e das ações (políticas públicas, por exemplo) para alcançar o sonhado desenvolvimento está entranhada tanto na teórica funcionalidade racional de algumas instituições sociais como no imaginário individual e coletivo de grande parte da população mundial, mesmo essa sendo, majoritariamente, alienada desse processo histórico. A produção, planejamento e gestão do espaço urbano, no que tange a ação do Estado, estão, nesse sentido, vinculados aos objetivos de garantir o crescimento econômico (como sinônimo de desenvolvimento), e assim priorizando a construção (material e imaterial) de um território que obedeça às especificações do processo produtivo e do mercado.

Nessa perspectiva, as tentativas de resolução dos problemas habitacionais referentes às ações governamentais se estabelecem, tradicionalmente, por abordagens desenvolvimentistas (e por isso reducionistas) em relação à complexidade do setor habitacional. Essas ações são marcadas pela monodimensionalidade, monocausalidade, monoescalaridade e por uma separação simplista entre fatores endógenos e exógenos relacionados ao problema³. Essas características são operantes, sobretudo, pelo comprometimento tradicional do Estado com teorias de desenvolvimento estabelecidas em postulados teóricos e práticos dos quais Castoriadis (1987) nos lembra os mais importantes:

- (...) - a “onipotência” virtual da técnica;
- a “ilusão assintótica” relativa ao conhecimento científico;
- a “racionalidade” dos mecanismos econômicos;
- diversos lemas sobre o homem e a sociedade, que se modificaram no correr do tempo, mas que implicam, todos, seja que o homem e a sociedade estão “naturalmente” predestinados ao progresso, ao crescimento, etc. (*homo oeconomicus*, a “mão invisível”, o liberalismo e as virtudes da livre concorrência), seja – o que é bem mais apropriado à essência do sistema – que eles podem ser manipulados de diversas maneiras para ser conduzidos até esse ponto (*homo madisoniensis Pavlovi*, “engenharia humana” e “engenharia social”, organização e planejamento burocrático enquanto soluções universais aplicáveis a todo e qualquer problema). (p. 151)

³ Sobre a reflexão (a monodimensionalidade, monocausalidade e monoescalaridade das ações do Estado) ver Souza (1997.a).

Isso se remete à concepção de que esse padrão de desenvolvimento é fechado e absoluto, sobretudo pela sua essência etnocêntrica voltada para a ideia de Ocidente como modelo civilizatório e pelo comprometimento com o simplismo de visões teleológicas como o etapismo do desenvolvimento (SOUZA, 1997).

Identificam-se as ações governamentais, nesse sentido, como negligentes à dimensão espacial e, sobretudo, às relações sociais complexas que se estabelecem e constroem o espaço e nesse sentido os territórios diversos. Por esse fato, pode-se avaliar que os projetos estatais brasileiros voltados para a habitação social, tradicionalmente, negligenciaram, convenientemente ou não, a multidimensionalidade e multiescalaridade do espaço bem como a promoção da autonomia, a possibilidade de participação dos agentes sociais, etc.⁴ não construindo uma atuação embasada com o movimento do espaço social em sua complexidade de produção e reprodução, motivo pelo qual se pode supor os seus frequentes fracassos.

Todavia concorda-se com Souza (2006) para quem não é preciso jogar a criança fora junto com a água suja do banho. Isso nos remete não apenas a uma nova adjetivação do termo, mas a sua profunda reformulação filosófica e prática. A base discursiva e operacional mais nítida dos nossos estudos é a ideia de desenvolvimento socioespacial trabalhada por Souza (2000; 2002; 2006). Entende-se que para o presente trabalho a essência da construção teórica do autor supracitado é relacional com muitas abordagens para o Pensar e agir o/no espaço em produção.

Essa conceituação contribui para uma nova forma de desenvolvimento que se estabelece não por uma perspectiva teleológica etnocêntrica, mas a partir e em direção à autonomia, um parâmetro que é efetivamente realizado na consideração do espaço e seu processo de produção complexo, pois multidimensional e trans-escalar. Baseados ainda nas ideias de Souza (1997; 2000; 2002; 2006) entende-se, para a presente pesquisa, que a autonomia e multidimensionalidade do espaço se unem em uma relação multiescalar complexa, dando conteúdo para uma teoria aberta de desenvolvimento.

⁴ Sobre as reflexões que abordam as relações entre a multidimensionalidade e multiescalaridade do espaço e a participação social no processo de desenvolvimento, ver Souza (2002; 2006).

A consideração da dimensão espacial nas reflexões sobre desenvolvimento contribui logo de início para desmistificação do discurso estruturante que coloca o movimento do/no espaço (desenvolvimento) como um processo histórico linear em direção a uma concepção de progresso previamente definida e consolidada na perspectiva do ocidente como modelo civilizatório desejado (HALL, 2002). Nesse sentido, analisando a dimensão econômica do espaço geográfico pode se compreender essa questão justamente pelas desigualdades de toda ordem em diferentes lugares. Essa heterogeneidade espacial na dimensão econômica, vista a partir de uma perspectiva política aponta para as causas dessas desigualdades, que estão ligadas, não às diferenças geográficas de apropriação do espaço por populações diversas ao longo da(s) história(s) as quais poderiam estar desconectadas da ideia de ocidente e, por isso, menos desenvolvidas segundo o discurso hegemônico. Mas, sobretudo às relações econômicas hierárquicas e desiguais entre os diferentes territórios no contexto de uma economia de escala global. Essas desigualdades estariam, nesse sentido, sendo intencionalmente produzidas e reproduzidas no tempo e no espaço funcionando como o próprio motor da acumulação capitalista que se pretende inesgotável (HARVEY 2005)

Porém o aspecto mais relevante da consideração da categoria de espaço na discussão sobre desenvolvimento não é apenas a dimensão econômica, mas justamente a coerência complexa e contraditória entre suas múltiplas dimensões. Assim acredita-se que considerando as relações (trans) e (multi) escalares dos diferentes territórios em um espaço multidimensional, o desenvolvimento, por essa perspectiva geográfica sempre será desigual (HARVEY 2006). O que chama atenção, é que essas desigualdades que estão na essência da produção do espaço geográfico podem representar um novo paradigma político em função de uma teoria aberta de desenvolvimento baseada na autonomia, na desarticulação de uma suposta hierarquia dogmática e imutável nas relações entre as diferentes escalas geográficas⁵ e nesse sentido mais coerente e eficaz para ação no espaço. Nesse sentido é preciso aprofundar sobre a multidimensionalidade espacial.

⁵ Para aprofundamento nas questões sobre escala e sua importância no estudo e reformulação da teoria de desenvolvimento bem como sobre a produção de escalas: Morre (2008); Lima (2005); Vainer (2001), Harvey (2006).

Sobre a multidimensionalidade do espaço, pode-se apresentar, preliminarmente, a sua perspectiva nessa investigação. Todavia, a característica multidimensional do espaço não é o ponto de partida para compreensão do tema; acredita-se aqui que não se deve começar a pensar o espaço por sua multidimensionalidade e em seguida acrescentar outros aspectos para sua formação. Essa característica de complexidade abordada é a própria essência do espaço e, seja qual for o encaminhamento de um estudo e o fenômeno espacial analisado a multidimensionalidade do espaço estará presente em toda sua plenitude. Por isso, uma visão do espaço que não esteja consciente dessa essência não será mais do que uma redução estéril da realidade espacial.

Quando se afirma que o espaço é multidimensional não significa que ele “exista antes de tudo”, pois haveria a negação das argumentações aqui iniciadas. O espaço a que se refere essa investigação foi e está sendo produzido em um processo social constante, que envolve múltiplas variáveis (forças naturais e sociais, agentes, sujeitos...) desproporcionalmente distintas em suas intervenções e que se mostram a partir de múltiplas funções. Em um recorte espaço-temporal simplificado pode aparecer que ele (o espaço) é um produto, mas ele não é só isso, pois se deve questionar se todo produto possui *a priori* uma função coerente ao seu uso. E os diferentes usos do espaço e suas consequentes contradições? As contradições são tantas no seu uso que não é possível afirmar uma coerência única. Além disso, e ainda mais importante, todas as contradições mostram que o espaço não é apenas um produto, e se por ventura aparecer com tal em determinada visão, esse não será somente o resultado de um uso, mas de uma soma de usos a partir de um jogo social complexo, hierarquizado e contraditório e em constante transformação, nunca acabado.

A consideração dos diferentes usos feita no parágrafo anterior expressa apenas uma breve noção da questão na produção do espaço, pois essa expressão foi relacionada apenas com as diferentes utilidades que ele pode possuir para agentes sociais distintos. Nesse sentido, a relevância das contradições na análise espacial não está simplesmente nas suas diferentes formas de uso, mas, e, sobretudo, na respectiva distinção e conflito dos valores (de troca e de uso) da sociedade em suas distintas destinações.

A complexidade do espaço é de tal maneira intrínseca a sua existência que não se pode afirmar que é *isso ou aquilo*, mas sim, *isso e aquilo*. A multiplicidade de funções e aparências do espaço em sua essência complexa e multidimensional permite a afirmação de sua configuração como sendo simultaneamente “produto, condição e meio do processo de reprodução das relações sociais” (FERREIRA, 2007, p.3). Dessa maneira, a análise do espaço é fundamental para o seu estudo social. A sociedade se realiza, ou seja, vive e se reproduz em todos os seus aspectos materiais e simbólicos *no e pelo* espaço. Assim pode-se afirmar, que toda sociedade produz seu espaço e esse, em sua dimensão material e simbólica, age na reprodução das relações sociais.

As contradições do espaço nesse sentido estão diretamente vinculadas ao conflito de interesses dos os diversos grupos sociais que o formam. Esse conflito é estabelecido pelos diferentes valores que o espaço assume para cada sujeito ou grupo, o que se estabelece na essência das relações sociais diversas e de suas respectivas representações. Nesse sentido, vivenciamos um conflito entre interesses gerados em torno do espaço social e do espaço abstrato (FERREIRA, 2007).

Ferreira (2007) mostra que o espaço abstrato pode ser entendido como a “exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originaram com a classe capitalista e com o Estado” sendo esse espaço produzido como supostamente homogêneo, contraditoriamente fragmentado, e intencionalmente hierarquizado (p.2), vinculado aos interesses, por exemplo, de agentes imobiliários que são alguns dos agentes centrais na análise do objeto central dessa dissertação. Esse espaço é, pois destinado ao valor de troca.

Entende-se que não cabe uma dicotomia simplista e maniqueísta entre essas ideias de espaço, pois o espaço social possui uma essência complexa, já que *na realidade, espaço social incorpora as ações sociais, as ações dos sujeitos ao mesmo tempo individual e coletivamente* (LEFEBVRE, 1994, p.33). Nesse sentido o espaço social se trata, como afirma Ferreira (2007):

[...] do espaço dos valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes no cotidiano. [...] é a tensão ente o valor de uso e valor de troca que produz o espaço social de usos, produzindo também, simultaneamente, um espaço abstrato de expropriação. [...] Assim, por exemplo, os agentes que produzem o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro o fazem a partir de deslocamentos, desativações e redistribuições de firmas e residências no interior da cidade, quase sempre desconsiderando os anseios dos cidadãos envolvidos. Contudo, tais processos encontram-se ligados à atuação dos agentes a partir de relações construídas em escalas local-local e local-global. (p.2)

É nesse espaço que as contradições entre os valores de uso e de troca se confrontam a partir de relações de poder assimétricas, mas complexas, multi e trans escalares colocando entre a dominação e apropriação um oceano de relações socioespaciais. Assim essas diferentes relações entre os agentes e o espaço (dominação e apropriação) não podem ser entendidos por uma dicotomia simplista idealista entre esses diferentes agentes e escalas de ação. Nesse sentido falar em um desenvolvimento que pretende mudar o escopo social sem considerar a dimensão espacial é no mínimo incoerente, já que a sociedade e espaço são intrinsecamente relacionados. Entende-se, assim, que esses são passos fundamentais para entender o espaço fora de seus significados objetivos e neutros, encaminhando-se para uma abordagem crítica do seu potencial político, pois esse não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política, nesse sentido, sendo ele (o espaço), como supõe Lefebvre (2008):

[...] sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto “puramente” formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que *parece* homogêneo, que *parece* dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um **produto social**. (LEFEBVRE 2008 p. 62) (*grifo nosso*).

Essa essência política do espaço é a que se pretende ressaltar no presente trabalho, pois se acredita que a abordagem sobre os conceitos espaciais como território e lugar, que também são importantes para a reflexão o desenvolvimento, o próprio espaço e autonomia, poderão ser trabalhados, a partir da complexidade e abertura política dos conceitos para a transformação social. Podem se somar a essa abordagem as argumentações de Massey (2008) para quem *o espaço tem sido interpretado por muitos como o sistema totalmente fechado e interconectado de*

uma estrutura sincrônica (p.71) não considerando assim as desarticulações inerentes e possíveis, as diferentes escolhas e tempos que são a fonte de liberdade. Assim, a autora afirma que *o espaço foi imaginado como uma esfera da imobilidade* (p.71). Assim devido à renovação dessas abordagens para a construção de uma perspectiva mais política uniu espaço e tempo, conceitos equivocadamente vistos como conflitantes, em que a noção de temporalização, *ironicamente, possibilitou a surgimento da noção de espacialidade* (p.72). E são essas duas noções que vão dinamizar e abrir as estruturas através de uma desarticulação que torna a política possível⁶. Assim sendo, MASSEY (2008) afirma que:

No mínimo, para o tempo ser concebido como aberto, o espaço também tem de, em certo sentido, ser concebido como aberto. O não-reconhecimento da simultaneidade de multiplicidades de extremidades abertas que compreende o espacial pode invalidar o projeto de abertura da temporalidade. Ele não pode ser aquele domínio a que Foucault se refere como o morto, o fixo, nem pode ser o reino do fechamento ou da representação estática. O espaço é tão impossível de representar como o tempo (apesar de que uma questão relevante é a da representação do tempo-espaço). Arrancado o espaço dessa cadeia imobilizante de conotações, ambos, potencialmente, contribuem para as desarticulações necessárias para a existência do político e ***abrem o próprio espaço para um discurso político mais apropriado*** (p.79 – 80) (grifo meu).

Afirmar que o espaço é uma produção social não o limita à “esfera de imobilidade”; na verdade, essa perspectiva abre a possibilidade de ações política para a sua transformação.

Nesta investigação, a essência política do espaço passa a ter especial importância para compreendê-lo como uma produção social complexa em movimento constante, uma esfera de mobilidade vinculada às possibilidades de transformação social, cujas reflexões se voltam sobre a seguinte questão: quem define onde, quando, como e se realmente é preciso a transformação

⁶ É importante ressaltar que as argumentações de Massey (2008) são baseadas no debate entre as correntes estruturalistas e pós-estruturalistas. Nesse sentido, a autora, está criticando essencialmente como o conceito de espaço foi concebido por grande parte da corrente estruturalista como coerente, no sentido que sua produção estaria completa a partir de um só tempo e uma só voz, sendo imobilizado. Nesse debate, ela destaca as contribuições de abordagens pós-estruturalistas que, para a autora, foram importantes para evidenciarem as desarticulações da produção do espaço, mostrando a interconexão do tempo e do espaço e o surgimento das noções de temporalização e espacialidade que evidenciaram uma perspectiva que coloca o tempo e o espaço como conceitos de ação desarticulada, o que torna a política possível. Cabe ressaltar a contribuição de Escobar (2005) no debate sobre as diferentes correntes teóricas (estruturalistas e pós-estruturalistas), principalmente a respeito das discussões sobre as teorias de desenvolvimento.

socioespacial? Sob essa perspectiva, a categoria de autonomia vem dar suporte para as possíveis respostas. Segundo Castoriadis (1983):

[...] a autonomia, implica necessariamente a participação ativa e igualitária em todo o poder social que decide sobre os problemas comuns. [...] Mas poder decidir não é somente poder decidir sobre “questões triviais”, participar da gestão de um estado de coisas considerado como intocável. Autônomo significa aquele que se dá a lei a si mesmo. E falamos aqui das leis comuns, “formais” e “informais” – a saber, as instituições. Participar do poder é participar do *poder instituinte*. É pertencer, em igualdade com os outros, a uma coletividade que se auto-institui explicitamente. (p.21 – 22)

Souza (2002) acredita que para superar não apenas o economicismo, o etnocentrismo, o teleologismo e o conservadorismo teórico e ideológico do conceito de desenvolvimento é preciso considerar como premissa a concepção de autonomia castoriadiana. Isso porque para o mesmo autor:

O projeto de autonomia, tal como descortinado por Castoriadis, consiste em uma “refundação” radical, por assim dizer, do projeto democrático, que busca inspiração na democracia direta da *pólis* grega clássica, ainda que sem ignorar-lhe os defeitos (notadamente a ausência de um elemento universalista, evidente diante da escravidão e da não-extensão às mulheres dos direitos de cidadania) e sem clamar, ingenuamente, por uma simples transposição de instituições da Antiguidade para um contexto sócio-espacial contemporâneo. O pensamento autonomista castoriadiano foi edificado no bojo de uma poderosíssima reflexão crítica tanto sobre o capitalismo e os limites da democracia representativa quanto sobre a pseudo-alternativa do “socialismo” de corte marxista-leninista, visto como autoritário e, mesmo, tributário do imaginário capitalista em alguns aspectos essenciais. Ainda que a abordagem autonomista possa ser vista, em parte, como uma espécie de “herdeira moral” do anarquismo clássico, em sua dupla oposição ao capitalismo e ao “comunismo autoritário”, seria, no entanto incorreto tê-la na conta de uma variante anarquista: divergindo da tradição do anarquismo, redutora contumaz do *poder* e da *política* ao *Estado*, isto é, ao poder e à política estatais, compreende-se que uma sociedade sem poder algum não passa, conforme já se comentou, de uma “ficção incoerente” (p.106)

Para um entendimento mais completo sobre o conceito de autonomia como fundamento do processo de desenvolvimento socioespacial, é importante que sejam abordadas as suas duas faces. Estas, apesar de diferentes, são essencialmente interdependentes, ou seja, promovem as autonomias individual e coletiva.

As autonomias individual e coletiva são como os dois lados da mesma moeda. A autonomia individual, que é a capacidade de cada indivíduo de estabelecer metas para si próprio com lucidez, persegui-las com a máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e sobre as informações de que dispõe, pressupõe não apenas condições favoráveis, sob o ângulo psicológico e intelectual, mas também instituições sociais que garantam uma igualdade efetiva de oportunidades para todos os indivíduos (o que inclui as condições materiais e o acesso a informações confiáveis). E a autonomia coletiva de sua parte, depreende não somente instituições sociais que garantam a justiça, a liberdade e a possibilidade do pensamento crítico (o que implica ausência de opressão “de fora para dentro” – de uma sociedade sobre outra –, “de cima para baixo” – de uma classe ou grupo social sobre outro – e de mitos ou mecanismos ideológicos que transferem a responsabilidade pelos destinos humanos da ação humana para um plano metafísico – no estilo “vontade de Deus”, “direito divino dos reis” etc.) mas também a constante formação de indivíduos lúcidos e críticos, dispostos a encarnar e defender essas instituições. (Souza, 2002, p. 64)

Pode-se considerar que tanto nos âmbitos coletivo quanto no individual da autonomia, há a definição de relações complexas e complementares. Isso quer dizer que fronteiras bem demarcadas não são dimensões estabelecidas. O importante é perceber justamente essa complexidade tentando-se definir e delimitar a autonomia coletiva fora da sua relação com a autonomia individual e vice-versa evitando-se assim de se criar uma hierarquia, com uma ordem de importância infrutífera e comum entre o que se deve priorizar.

Nesse sentido é fundamental entender, como a firmar CASTORIADIS (1983), que “autonomia da sociedade” (coletiva) “está indissociavelmente ligado à questão da autonomia do indivíduo” (p.22). E sobre isso o mesmo autor explica que:

Uma sociedade autônoma implica indivíduos autônomos – e tais indivíduos só podem existir plenamente numa sociedade autônoma. Ora, o que cada um faz, tanto no que tange à coletividade quanto no que tange a si mesmo, depende, em última instância, de sua fabricação social como indivíduo. [...] Para que o indivíduo possa pensar “livremente”, mesmo em seu foro íntimo, é preciso que a sociedade instrua e o eduque, fabrique-o como indivíduo que possa pensar livremente, o que muito poucas sociedades fizeram na história. (CASTORIADIS, 1983, p. 22)

Em um processo de desenvolvimento socioespacial, segundo Souza (2002), as autonomias (coletiva e individual) são o parâmetro subordinador dos demais parâmetros relacionados com a pretendida mudança social positiva. Nessa mudança socioespacial, os parâmetros subordinados gerais são entendidos como uma melhor qualidade de vida e um aumento na justiça social, sendo que o mais importante é entender como esses parâmetros são coerentes e legítimos se o

caminho for traçado democraticamente, *onde os próprios indivíduos e grupos específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso* (SOUZA 2002, p. 66), ou seja, baseados e subordinados ao conceito de autonomia.

Tendo em vista a noção da complexidade multidimensionalidade do espaço social abordada a pouco, é preciso afirmar que a autonomia, na ideia de desenvolvimento socioespacial não é:

[...] uma utopia idealista, a existir como premissa uma sociedade uniforme e sem conflitos, mas simplesmente, um horizonte de pensamento e ação, a estimular um caminhar marcado por dissensões que, sobre a base do agir comunicativo e com o concurso de uma razão crítica [...] não precisarão ter como corolário a violência. (SOUZA 1996, p. 11)

Com essas noções de autonomia e espaço, a ideia de desenvolvimento socioespacial passa a lidar de maneira mais complexa com a realidade e, nesse sentido, esta é uma teoria aberta que se distancia de uma noção reducionista de desenvolvimento puramente econômico diretamente relacionado com um discurso conservador de modernização no sentido ocidental, que desconsidera ou no mínimo não alcança, intencionalmente ou não, a complexidade, por exemplo, de aspectos ecológicos e culturais⁷.

Para compreender tal questão é preciso voltar às reflexões sobre o espaço social e sua multidimensionalidade, complementando a discussão com a dimensão espacial da cultura. Nesse sentido, os conceitos de território e lugar surgem como fundamentais para percebermos que a homogeneização cultural do desenvolvimento etnocêntrico não acontece de maneira passiva por mais que seja

⁷ As ideias de desenvolvimento criticadas como reducionistas são historicamente situadas principalmente a partir da década de 1950 quando o desenvolvimento é vinculado essencialmente ao discurso de crescimentos econômico e de um projeto civilizatório extremamente simplificador das diversidades socioespaciais em múltiplas dimensões desconsiderando, por exemplo, os aspectos culturais e ecológicos, ou seja, a diversidade de relações socioecológicas que as diferentes populações possuem com o espaço, isso tudo em nome do progresso supostamente homogeneizador. O reducionismo dessas ideias de desenvolvimentos é reproduzido até hoje, porém esses aspectos (socioculturais) não são simplesmente desconsiderados. Em alguns casos os discursos de desenvolvimento contemporâneos são construídos apropriando-se dessas dimensões, de maneira simplista, para sua legitimação em todos os lugares. Reflexões que podem ser vinculadas, por exemplo, a ideia de desenvolvimento sustentável. Todavia essas relações assimétricas entre um discurso e um processo social dominante supostamente homogeneizador, de maneira generalista, etnicamente e ideologicamente situada, e a diversidade socioecológica das diversas culturas, não é coerentemente estudada por abordagens culturalistas que prezam pouco pela complexidade espacial de que tratamos anteriormente.

avassalador. São nesses espaços que se identificam brechas e fraturas desse processo hegemônico⁸.

Rua (2009) aponta a posição de algumas correntes teóricas sobre esse processo as quais consideram que a crise do desenvolvimento seria uma crise cultural pois:

(...) através dessas fraturas as frustrações se voltariam sob formas culturais afirmativas, antiocidentais. Estas não seriam anti-desenvolvimento, mas seriam antiocidentais, e então o desenvolvimento não mais seria tomado como sinônimo de ocidentalização. (p. 16)

Todavia, na análise crítica desse processo, *o cultural* não pode se transformar em *culturalismo*, pois seria uma contradição na abordagem geográfica que se pretende e que aponta para a complexidade do espaço social. Esse culturalismo poderia, por exemplo, considerar de maneira reducionista a cultura como uma prática social estática, fechada, com fronteiras bem definidas onde os contatos seriam apenas unidirecional e de dominação (ESCOBAR, 1995). Além disso, essa noção de cultura simplificada poderia mascarar as disputas de classe, as assimetrias de poder em escalas espaciais diversas. Nessa perspectiva equivocada, a formação do território étnico de algumas populações e a construção social dos lugares descaracterizariam a realidade, sendo estas, algumas vezes, idealizadas por sua suposta pureza e em outras enfraquecidas ao ponto de sua força de resistência ser anulada. Espaço e cultura são assim complementares para entender o desenvolvimento (Simon 2006)

Nesse sentido a produção do espaço é mais complexa. As relações assimétricas de poder em um território são (multi) e (trans)escalares e multidimensionais. Na pesquisa em questão, entende-se o território, assim como concebe Rua (2009) para quem é um espaço *onde a dominação e a resistência/criação travarão suas lutas e é neles que percebemos alternativas constituidoras de outras territorialidades* (p.18) as quais, cabe ressaltar, não estão livres de contradições.

⁸ Latouche (1994), Chesneaux (1996), Ianni (1993) e outros estudiosos do tema desenvolvimento apontam para fraturas no processo de uniformização planetária que permitiriam o despontamento de formas de afirmação cultural antiocidentais. (RUA 2009, p. 16).

O lugar também é analisado por esse viés onde reconhecemos não apenas sua concretude fundamental para a ação política, mas que nos alerta para a diversidade de modos de apropriação e para a complexidade do jogo de dominação, resistência, cooptação e negociação.

Por esse motivo, a autonomia é colocada como parâmetro subordinador para essa teoria aberta de desenvolvimento socioespacial. Como já foi dito em linhas anteriores, a autonomia é a partida e a chegada. Partimos de uma concepção teórica de autonomia, um tanto utópica, mas não irrealista e necessária para retirar as pessoas de um conformismo generalizado de uma sociedade heterônoma. Segue-se então em direção a esse horizonte onde cada passo é uma conquista de autonomia que mesmo que pequena deve ser reconhecida. E nesse sentido se encaminhando para a construção de uma sociedade que não está livre de contradições, mas que abre possibilidades maiores para uma mudança social positiva, ou seja, uma melhora na qualidade de vida e em uma maior justiça social e que estaria livre para reconstruir e reconstruir esse processo constantemente. É nessa perspectiva de desenvolvimento, espaço e autonomia que se defende que sejam estruturadas as possíveis e necessárias ações para o setor habitacional na cidade do Rio de Janeiro.

Para dar conta das reflexões e análises das etapas seguintes é preciso sistematizar melhor a teoria de desenvolvimento socioespacial sobre seus parâmetros: Temos assim estruturado o parâmetro subordinador – autonomia – e os parâmetros subordinados gerais – qualidade de vida e justiça social – para um desenvolvimento socioespacial. Segundo Souza (2002) qualidade de vida e justiça social são parâmetros gerais justamente por serem “constructos extremamente abstratos” (p.67). Nesse sentido é vital que esses sejam complementados por parâmetros subordinados particulares. Como justiça social e qualidade de vida estão vinculadas a esferas distintas – a primeira relacionada à esfera pública e a segunda à esfera privada – é necessário identificar duas classes de parâmetros subordinados particulares: uma vinculada ao parâmetro de justiça social como, por exemplo, o nível de segregação residencial, o grau de desigualdade socioeconômica e o grau de oportunidade para a participação efetiva dos cidadãos em processo decisórios relevantes, e outra associada à qualidade de vida tendo

como exemplo a satisfação no que se refere à educação, saúde e moradia (SOUZA 2002).

Chegamos ao ponto de considerar que um processo de desenvolvimento socioespacial é realizado através de uma relação complexa e não hierárquica entre diversas escalas da realidade socioespacial. Para que essa característica seja efetiva e consiga lidar com a complexidade espaço-temporal da sociedade são fundamentais as adaptações singularizantes dos parâmetros particulares (SOUZA 2002).

Essa é uma mudança paradigmática no que diz respeito ao conceito de desenvolvimento. Pois há uma valorização essencial da dimensão espacial do lugar ou da vida social, o cotidiano. Ao considerarmos essa escala estamos diante de uma transformação na relevância dos movimentos sociais para processos de desenvolvimentos socioespaciais. Assim concordamos que:

Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. (SANTOS 2008 p. 321)

Nesse sentido é correto afirmar que as adaptações singularizantes são as expressões mais evidentes de uma autonomia dentro das estratégias de desenvolvimento socioespacial. Pois essas adaptações possuem seus conteúdos definidos pelos próprios indivíduos a partir dos fundamentos da autonomia. Nesse sentido os cidadãos de determinado lugar são inseridos nos processos de planejamento de maneira ativa, onde há possibilidade, não apenas de representação, mas de efetiva participação nas questões decisórias em uma relação dialética com o pesquisador ou planejador profissional, pois são os primeiro que possuem um conhecimento fundamental, ou seja, a experiência cotidiana e o saber local “os quais deverão ter livre expressão e ser incorporados à análise e ao desenho da intervenção planejadora” (SOUZA 2002, p. 69). Sobre esses parâmetros podemos questionar então a hierarquia da estrutura social, no que tange a produção, planejamento e gestão do espaço urbano.

Técnicos e especialistas em geral são confinados em seu domínio particular. Os “dirigentes” cercam-se de alguns conselheiros técnicos, recolhem suas opiniões sobre as decisões a tomar (opiniões que geralmente divergem entre si) e finalmente “decidem”. Vê-se claramente aqui o absurdo do argumento. Se o “dirigente” decidisse em função do seu “saber” e de sua “competência”, ele deveria ser sábio e competente a respeito de tudo, quer para decidir, entre as opiniões divergentes dos especialistas, qual é a melhor. Isto evidentemente é impossível, e os dirigentes na realidade decidem arbitrariamente em função do seu “julgamento”. Ora, este julgamento de uma só não possui nenhuma razão de ser mais válido do que o julgamento que se formaria numa coletividade autônoma a partir de uma experiência real infinitivamente maior do que a de um só indivíduo. (CASTORIADIS, 1983, p. 217 - 218)

Nesse sentido acredita-se que as estratégias de desenvolvimento socioespacial, balizadas pela autonomia e que pretendem melhorias na qualidade de vida e no aumento da justiça social, devem promover uma interação complexa de complementaridade entre o espaço concebido pelos planejadores, e o espaço percebido pela população local no seu processo de execução.

É nesse sentido que as adaptações singularizantes de parâmetros particulares seriam desconstruções/reconstruções, feitas em cada situação concreta, pelos cidadãos e conjuntamente com os pesquisadores e planejadores profissionais, dos parâmetros particulares, propostos por esses pesquisadores e planejadores com base na combinação dos seus esforços prévios de investigação empírica e reflexão teórica (ou seja, reflexão sobre a dialética entre o particular e o geral acerca dos fenômenos observados, isso sobre os fundamentos de um raciocínio multiescalar e multidimensional). Não se postula, por conseguinte, nem um primado da teoria e do “discurso competente”, nem uma rejeição da teorização e um primado acrítico do senso comum. A *práxis* planejadora ou gestora, e antes dela já apropriada atividade de pesquisa, deveria, idealmente, encarnar a fusão criativa do saber dos atores sociais com os balizamentos técnico-científicos trazidos, na qualidade de consultores populares, pelos profissionais de planejamento e gestão. (SOUZA 2002, p. 69)

Temos então, basicamente, o parâmetro subordinador, os parâmetros subordinados gerais, os parâmetros subordinados particulares e as adaptações singularizantes desses últimos. Esses são pontos fundamentais para um processo de desenvolvimento socioespacial que mesmo colocados em uma relação de subordinação, são essencialmente complementares. A subordinação se dá mais por uma diferença na escala de atuação na realidade socioespacial e menos por uma ordem hierárquica de importância. Isso por que não é possível pensar em um processo de desenvolvimento socioespacial autônomo sem as adaptações singularizantes, por exemplo.

É sobre esses aspectos que se pode perceber a relação entre autonomia, o planejamento e a gestão do espaço urbano. Uma relação que se estabelece principalmente por meio da participação popular nos projetos decisórios que diz respeito à produção desse mesmo espaço.

É curioso perceber as contradições que se estabelecem entre as aspirações sociais, suas necessidades seu projeto de cidade e tantos outros aspectos almejados na escala do cotidiano com a produção efetivada pela escala da burocracia estatal. Essas contradições podem ser evidências de um comprometimento político e econômico do Estado com determinados setores, no caso em questão - com o mercado imobiliário, por exemplo – gerando um descaso evidente com regiões da cidade ou uma inadequação dos projetos e políticas habitacionais em relação à realidade da maior parte da população.

Todavia essa inadequação não está necessariamente vinculada às críticas colocadas por perspectivas que resumem a ineficiência do Estado, referente à população mais empobrecida, a partir e somente por sua essência capitalista. Apesar de sua importância esse discurso sozinho, não dá conta da complexidade dos processos políticos que se manifestam na produção do espaço urbano.

Nesse sentido, acreditasse que por mais bem intencionado com a justiça social no sentido de redistribuição de renda ou na promoção da qualidade de vida da população pobre, um projeto ou política habitacional que não estejam pautados na participação popular estão praticamente fadados ao fracasso, justamente por não darem a devida atenção à multidimensionalidade espacial por meio da promoção da autonomia.

Assim a participação social ajuda a garantir a autonomia individual e coletiva em uma perspectiva de desenvolvimento socioespacial. Souza (2006), resume os argumentos favoráveis à participação, tanto essa sendo vista com um fim em si mesma, quanto como um meio para a promoção de melhorias matérias e aumento da eficiência dos sistemas gerenciais:

[...] 1) faculta o aumento do controle dos cidadãos sobre o governo e permite que estes compreendam e deliberem sobre questões que afetam as suas vidas[...] 2) contribui para o desenvolvimento político dos indivíduos [...] 3) estimula a consciência social e política de coletividades [...] 4) facilita a promoção de cooperação de grupos sociais diversos [...] 5) aumenta o senso de responsabilidade e propriedade das pessoas relativamente a obras públicas e de interesse comum, facilitando a sua manutenção e conservação duradoura [...] o monitoramento por parte dos cidadãos é um fator de eficiência [...]. (SOUZA 2006, p. 190)

A participação social nos planejamento e gestão urbano bem como na implantação das políticas habitacionais de interesse social está longe de ser uma resposta simples às contradições comentadas em parágrafos anteriores sobre a produção do espaço urbano. Souza (2006) argumenta que “a participação não elimina a chance de erros, ou seja, uma garantia infalível de decisões substantivamente acertadas” (p.190). Contudo o mesmo autor afirma que “quanto mais ampla e profunda for a participação, maior será a probabilidade de ela poder contribuir para minimizar certas fontes de distorção” (p.190)

Os modelos tradicionais de desenvolvimento são caracterizados em grande parte por desconsiderarem esses aspectos, sobretudo por interesses políticos e/ou uma racionalidade vinculada à idéia de superioridade e completude dos projetos elaborados por especialistas. Sobre esses aspectos Souza (2006) contrapõem a idéia de que:

[...] o preconceito elitista segundo o qual especialistas, decidindo em nome da maioria, garantem maior eficiência, é falacioso. Na verdade, se poucos decidem e a maioria, ainda por cima, não tem chances de monitorar ou controlar adequadamente esses poucos, as chances de corrupção, desperdício de tempo e recursos e erros de avaliação são bem maiores. Será sensato achar que poderia ser diferente, com poucos tentando interpretar as necessidades de muitos à luz dos seus próprios valores e critérios, sem considerar as opiniões da própria maioria de interessados, e diante de uma circulação necessariamente imperfeita de informação sobre as reais necessidades e aspirações dessa maioria? (p.190-191)

Mais preocupante do que o simples descaso com a participação popular são os casos extremos de restrição da autonomia. E para entender essa questão Souza (2006) elabora uma escala de graus de abertura para a participação popular no planejamento e na gestão urbana.

Nessa escala são apresentados oito graus de abertura para a participação popular os quais se aproximam de uma sociedade heterônoma ou autônoma, sendo

elas: Coerção, Manipulação, Informação, Consulta, Cooptação, Parceria, Delegação de poder e Autogestão. Sobre essas categorias Souza (2006) explica:

[...] somente as três últimas (parceria, delegação de poder e autogestão) estar-se-iam em presença de marcos político-institucionais em que se poderia ter a expectativa de que as soluções de planejamento e gestão pudessem ser encontradas de modo razoavelmente democrático (parceria), fortemente democrático, ainda que assaz imperfeito (delegação de poder), ou genuinamente democrático, em sentido radical (autogestão), sobre os alicerces da racionalidade e do agir comunicativo[...]. As duas primeiras categorias, coerção e manipulação, nada mais representam, respectivamente, que a arrogância do “discurso competente” e do autoritarismo em sua forma explícita (coerção) ou mal disfarçada (manipulação). As categorias intermediárias, informação, consulta e cooptação, diferem daquelas representadas pelas situações mais autoritárias menos no conteúdo que na forma, uma vez que a ilusão de participação e as concessões limitadas trazidas pela simples informação e consulta e, em um nível de sofisticação e complexidade bem maior, pela cooptação, são elas mesmas, expressões inquestionáveis de heteronomia e de claríssima preponderância e hegemonia ideológica da democracia participativa. (p.418)

É importante ressaltar que esses diferentes graus de participação não atendem a uma ordem linear em etapas onde poderia se cometer o equívoco de pensar em uma sociedade passando necessariamente por todas as categorias até alcançar a heteronomia ou a autonomia. Além disso, como explica Souza (2006), esses graus se diferenciam de modo complexo no espaço e no tempo, possuindo relevantes alterações escalares. Nesse sentido, as contradições são inerentes havendo possibilidade de existir em uma mesma cidade, ou até instituição graus deferentes coexistindo. Portanto, como afirma “*deve-se tomar cuidado para não cair na armadilha do positivismo, buscando fronteiras muito claras onde elas nem sempre existem*” (p.420).

Feitas as devidas reflexões sobre espaço, desenvolvimento e autonomia bem como o aprofundamento sobre a base conceitual do processo de desenvolvimento socioespacial, podemos então avaliar sobre essa ótica as ações do governo em relação ao planejamento e gestão do espaço urbano carioca no que confere a possibilidade de criar condições de habitação para toda a população, através das diversas políticas executadas a partir da década de 1960.